

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Objeto: “Certificado Digital – e-CPF – A3”

Araraquara, 17 de fevereiro de 2025

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
17/02/2025	1.0	Finalização da primeira versão do documento	Maurício Roberto Prada

ATENÇÃO!

<os trechos marcados em vermelho neste documento são editáveis notas explicativas ou exemplos, devendo ser substituídos ou excluídos, conforme necessidade>.

< os trechos marcados em azul, consistem em observações e orientações de preenchimentos deste documento>.

<os trechos marcados em preta consistem em sugestão geral aplicável a todas as situações>

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A necessidade da aquisição dos 04 (quatro) “Certificados Digitais (e-CPF - A3), em cartão dá-se pela obrigatoriedade de os servidores serem responsáveis pelas assinaturas digitais de documentos oficiais da autarquia. O não atendimento da demanda acarreta no não cumprimento de obrigações legais de assinaturas de documentos pelos responsáveis pelas informações dos mesmos:

Maurício Roberto Prada – Balancetes Contábeis e Anexos de Balanço

Cláudia Marisa Marcandalli – Balancetes das Receitas

Gustavo Rossi Gorni – Balancetes das Despesas

Ana Paula Fernandes Botelho – Balancetes Contábeis e Anexos de Balanço

Os bens são considerados:

“**comuns**” pois enquadram-se na classificação nos termos do inciso XIII do artigo 6º da Lei Federal nº 14.133/2021 “*aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado*”.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O objeto a ser licitado, pelas suas características e com bases nas justificativas acima mencionadas, não possui natureza continuada, não havendo necessidade de prorrogação contratual para além da vigência comum, conforme previsto na lei nº 14.133/2021.

Requisitos mínimos para o objeto:

- Objeto: Certificado Digital e-CPF A3;
- Tipo de objeto: Cartão magnético;

– Vigência (validade do certificado): 36 meses

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

O objeto adquirido de empresa especializada e habilitada para fornecimento do mesmo, garantindo padrão de qualidade, validade, melhor custo x benefício (menor preço) e por tratar-se de fornecedor já homologado em outras compras de “Certificado Digital”.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

04 (quatro) “Certificados Digitais (e-CPF - A3), em cartão sendo:

- 01 Subdivisão de Gestão Financeira
- 01 Subdivisão Orçamentária
- 01 Subdivisão Contábil
- 01 Divisão de Finanças

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Com base na pesquisa realizada no Painel de Preços, verificou-se que o valor estimado da referida contratação é de R\$ 1.000,00 (Um mil reais)

6. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DA SOLUÇÃO

Em regra, conforme § 2º do art. 40 da Lei n. 14.133/2021, os serviços/compra deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

O disposto, no entanto, não se aplica na presente demanda. Assim, afasta-se o caráter de parcelamento e segue-se à licitação com os itens agrupados.

7. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES



Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

8. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

A presente contratação não apresenta a possibilidade de ocorrência de impactos ambientais.

9. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Araraquara, 17 de fevereiro de 2025.

<hr/> Responsável pela Elaboração do Estudo Técnico Preliminar	<hr/> Responsável pela Aprovação do Estudo Técnico Preliminar
--	---